

36 apoio do Ministério da Justiça. A idéia é de que o Estado opere mais nove centrais,
37 inseridas no orçamento para os próximos três anos. Referiu a ampliação da Defensoria
38 Pública onde 104 defensores foram aprovados em concurso, tendo o governo do Estado
39 se comprometido a nomear, este ano, cerca de 60, ficando os demais 40 para o
40 semestre de 2008. Registrou que foram feitos mutirões no semi-aberto e em duas
41 semanas lograram colocar, de um universo de 412 detentos, 202 fora da colônia. Disse
42 que o problema mais grave é o número elevado de presos provisórios em delegacias;
43 70% dos detentos na Bahia respondem a julgamento. Pretende-se que em um ano
44 todos os presos sejam transferidos para a Secretaria de Justiça. O 1º vice-Presidente
45 retomou a palavra e falou que estamos acostumados a ouvir notícias ruins acerca da
46 execução penal, e o exemplo colacionado é digno de elogios. Disse, ainda, que com
47 certeza se concretizou mercê da intervenção do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes
48 e dos demais componentes da Comissão. A palavra foi passada ao Conselheiro Herbert
49 José Almeida Carneiro, o qual informou que realizou pela primeira uma vídeo-audiência.
50 O Conselheiro Carlos Weis solicitou a palavra e informou que foi surpreendido quando
51 pediu a transferência de um preso na condição de defensor. Mas agora o Conselho
52 poderia aglutinar as leis de execução penal e quem sabe fazer uma resolução, enviando
53 às Assembléias Legislativas dos Estados sugerindo a compilação do que há de melhor
54 para cada uma delas. Sugeriu também que, antes de deslocar um Conselheiro para uma
55 visita de inspeção por motivo de denúncia, o Conselho aguardasse uma manifestação
56 da defensoria, ou até mesmo enviasse um fax oficial pedindo à Defensoria que
57 produzisse um relatório e o remetesse ao Conselho. O Primeiro vice-Presidente retomou
58 a palavra e parabenizou os Conselheiros Carlos Lauria e Maurício Kuehne por terem
59 participado da Comissão da “International Penal and Penitentiary Foundation”.
60 Informou que o Conselho se sente honrado por essa participação e que estará no Rio
61 de Janeiro, mas terá que ficar a critério do Presidente que deve assumir, e pediu que a
62 reunião de outubro ocorra por ocasião do evento na cidade do Rio de Janeiro,
63 ensejando a que todos os conselheiros participem. Comunicou, ainda, que o Circuito
64 Universitário realizado no IESB foi um sucesso e a avaliação excelente, feita pela
65 Coordenação e pelo público. Disse que as opiniões foram bastante positivas no sentido
66 de que os assuntos tratados efetivamente contribuíram para a formação e a informação
67 dos alunos, tendo a Direção ficado satisfeita com a participação dos Conselheiros. Logo
68 apresentou os temas para o Circuito Universitário que o Conselheiro Luis Guilherme
69 encaminhou por correspondência eletrônica, como “Mídia e Processo Penal”, “Lei de
70 Interceptação Telefônica”, “O princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Processo

71 Penal e Julgamento Célere por Julgamento Justo”, “Reforma do CPP” e “Os
72 antiprocessos que o Congresso não vota”. O Conselheiro Geder Gomes também
73 entregou suas sugestões: “Política Criminal e Execução da Pena” e “A Política de
74 Expansão das Alternativas Penais no Brasil”. No dia seguinte o Presidente em exercício,
75 Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, iniciou as atividades anunciando a presença, a convite
76 do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, do Dr. Mauro Rogério Bittencourt, Diretor
77 do Departamento de Reintegração Social da Secretaria da Administração Penitenciária
78 do Estado de São Paulo, que passou a expor sobre os trabalhos desenvolvidos na
79 implantação das Centrais de Penas Alternativas e Centrais de Atendimento ao Egresso.
80 Inicialmente foram distribuídos aos Conselheiros: o Manual de Projetos de Reintegração
81 Social, o Guia do Egresso e um CD com a apresentação da DRS/SP e suas atividades,
82 além de dados estatísticos, legislação aplicada às atividades desenvolvidas e projetos
83 elaborados e encaminhados a todas as Centrais de Penas Alternativas. Durante a
84 apresentação foram destacados pontos como a reestruturação da SAP/SP, sua missão,
85 as atribuições do Departamento, a estruturação que comporta um Centro de Medidas
86 Alternativas, um Centro de Atenção ao Egresso, Centro de Planejamento e
87 Acompanhamento de Ações de Reintegração Social, um Centro Administrativo e um
88 Centro de Gestão Estratégica. O expositor enfatizou que o Centro de Penas e Medidas
89 Alternativas atua por meio de Núcleos Regionais com vistas a prestar um apoio mais
90 efetivo ao egresso e ao detento. Informou que 28 Centros estão em plena atividade com
91 parcerias que desenvolvem programas de capacitação profissional e educacional. Ao
92 final da apresentação, o Dr. Mauro Bettencourt agradeceu a oportunidade, colocando-se
93 à disposição para questionamentos. O Presidente, antes de passar a palavra,
94 parabenizou o Dr. Mauro e sua equipe pela iniciativa e pelos trabalhos realizados pelo
95 Departamento de Reintegração Social da Secretaria da Administração Penitenciária do
96 Estado de São Paulo. Na seqüência, o Presidente em exercício, Dr. Vetuval Martins
97 Vasconcelos, passou à apreciação dos seguintes processos: **01)** Processo MJ/GM n.º
98 08001.006648/2006-95. Assunto: PL n.º 6695/2006, Deputada SOCORRO GOMES.
99 Acrescenta causas de aumento de pena no art. 133 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de
100 dezembro de 1940. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: pela aprovação parcial do PL.
101 aprovado, à unanimidade. **02)** Processo MJ/GM n.º 08001.005747/2006-50. Assunto: PL
102 n.º 6312/2006, Deputado INALDO LEITÃO. Dá nova redação ao artigo 1º, inciso III,
103 alínea “o”, da lei n.º 7960, de 21/12/1989. Excluindo a determinação de prisão temporária
104 para os infratores de Crimes contra o Sistema Financeiro, fixando-a para os crimes cuja
105 pena privativa de liberdade seja superior a 03 (três) anos. Parecer do Conselheiro

106 Carlos Weis: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **03)** Processo MJ/GM n.º
107 08001.008257/2006-13. Assunto: PLS 280/2006 Senador Edison Lobão. Altera os arts.
108 394 a 396 e 581 do Decreto-Lei nº 3689, de 03/10/1941 (Código de Processo Penal),
109 para estabelecer o oferecimento de defesa prévia do acusado antes do recebimento da
110 denúncia ou queixa. Parecer do Conselheiro Carlos Weis, após pedido de vistas: pela
111 aprovação parcial do PL, com sugestões de alteração. Aprovado, por maioria. **04)**
112 Processo MJ/DEPEN nº 08016.002763/2007-11. Assunto: Confederação do Elo Social
113 Brasil. Projeto “DIAP – Manual de Direito dos Apenados”. Parecer do Conselheiro Carlos
114 Weis: pelo indeferimento do pedido com a devolução dos autos à origem. Aprovado, à
115 unanimidade. **05)** Processo MJ/CNCP n.º 08037.000062/2006-18. Assunto: Plano de
116 ações integradas para prevenção e controle da tortura no Brasil – Minuta de discussão
117 ao CNCP. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: pela devolução dos autos à SEDH/PR,
118 com ciência ao interessado. Aprovado, à unanimidade. **06)** Processo MJ/GM n.º
119 08001.000629/2006-55. Assunto: PL 4489/2004, Deputado ALBERTO FRAGA.
120 Acrescenta o parágrafo único ao art. 25 do Decreto-Lei n.º 2848, de 07/12/1940 –
121 Código Penal. Parecer do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes: pela rejeição do PL.
122 Aprovado, à unanimidade. **07)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000018/2006-19. Assunto:
123 PL 6422(28)/2005. Senador JEFFERSON PERES. Altera o Decreto-Lei n.º 2848, de
124 07/12/1940 – Código Penal, para incluir os agentes políticos no § 2º do art. 327, para
125 que tenham a pena aumentada de um terço, quando praticarem crimes contra a
126 administração pública e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Geder Luiz
127 Rocha Gomes: pela aprovação do PL. Aprovado, à unanimidade. **08)** Processo MJ/GM
128 nº 08001.005195/2006-80. Assunto: PL nº 4893/2005, Deputado DAVI ALCOLUMBRE.
129 Altera o artigo 59 do Decreto-Lei nº 2848, de 07/12/1940 – Código Penal. Estabelecendo
130 que a situação econômica do agente servirá como critério para individualização da pena.
131 Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela rejeição do PL. Aprovado, à
132 unanimidade. **09)** Processo SAL/MJ nº 08027.001030/2001-36 SAL/MJ. Apensado ao
133 08027.000940/2001-00. Assunto: PL n.º 4843/01, Deputado VITTORIO MEDIOLI.
134 Dispõe sobre o uso de dispositivo eletrônico como controle de condenados. Despacho
135 do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência para análise do
136 DEPEN/MJ. Aprovado, à unanimidade. **10)** Processo MJ/GM n.º 08001.006645/2006-51.
137 Assunto: PL nº 6903/2006, Deputado CELSO RUSSOMANNO. Altera o inciso I do Art.
138 148 do Decreto-Lei nº 2.248, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Parecer do
139 Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: Pela aprovação parcial do PL. Após
140 manifestação dos Conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Eleonora de Souza Luna,

141 pela rejeição total do PL, o relator teve seu voto vencido. **11)** Processo MJ/GM n.º
142 08001.007900/2006-83. Assunto: PL 6998/2006, Comissão de Legislação Participativa.
143 Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e aumenta a
144 competência do Tribunal do Júri. Inclui o homicídio sem motivo ou por motivo fútil no rol
145 dos homicídios qualificados; define como relativa a presunção de violência do artigo
146 224; e transfere a competência ao Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes de
147 lesão corporal seguida de morte e de latrocínio. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins
148 Vasconcelos: pela rejeição do PL. Aprovado com louvor, à unanimidade. **12)** Processo
149 CNPCP/MJ n.º 08037.000119/2006-71. Assunto: Ofício n.º 84/2006/COPEN/RO, de
150 05/09/2006, encaminha Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado de
151 Rondônia, relativo ao exercício de 2005. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins
152 Vasconcelos: pelo arquivamento dos autos após ciência ao interessado. Aprovado, à
153 unanimidade. Concluído o exame dos pareceres, o 2º vice-Presidente Maurício Kuehne
154 informou que a próxima reunião será nos dias 13 e 14 de agosto e encerrou os trabalhos,
155 agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por
156 mim, Jussara Isaac Ribeiro.

157

158

159

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA
Presidente do CNPCP

160

161

162

Publicada no DOU de 31/08/07 – Seção 1 – p. 41.